



MATERNIDADE E PERMANÊNCIA ACADÊMICA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ATENDIMENTO DA INFÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (2018-2025)

Motherhood and academic retention: an institutional analysis of student assistance and childcare policies at the Federal University of Maranhão (2018-2025)

Rosyane de Moraes Martins DUTRA

Curso de Pedagogia
Universidade Federal do Maranhão
São Luís, Maranhão, Brasil
rosyane.dutra@ufma.br
<http://orcid.org/0000-0002-4800-7493> 

Samya da Silva Sousa dos SANTOS

Curso de Pedagogia
Universidade Federal do Maranhão
São Luís, Maranhão, Brasil
samyasantos.pedagogia@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0000-8847-5120> 

Cinthia Raquel do NASCIMENTO

Curso de Pedagogia
Universidade Federal do Maranhão
São Luís, Maranhão, Brasil
cnthnascimento28@icloud.com
<https://orcid.org/0009-0003-4785-1339> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

A expansão do acesso ao ensino superior no Brasil possibilitou a inserção de estudantes-mães, cujas trajetórias são atravessadas por desigualdades de gênero e carência de suporte institucional. O presente artigo, portanto, analisa os desafios de permanência dessas mulheres no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a partir das políticas de assistência estudantil e atendimento à infância ofertadas nos últimos anos. A pesquisa, de abordagem qualitativa integra análise de vinte e dois documentos oficiais entre editais e seus resultados vinculados à Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), da UFMA, referentes ao auxílio-creche entre os anos de 2018, ano em que foi implementado, a 2025 e entrevistas semiestruturadas com 05 estudantes-mães e 1 representante do Coletivo de Mães da UFMA, espaço de acolhimento e mobilização política essencial no enfrentamento da invisibilidade institucional das mulheres, estudantes e mães de bebês e crianças pequenas. Os resultados apontam que a ausência de infraestrutura básica, como a creche universitária, e a burocratização da assistência estudantil geram sobrecarga e trajetórias acadêmicas não lineares. Conclui-se que a garantia do direito à educação superior exige o reconhecimento da maternidade como dimensão legítima da vida universitária e a implementação de políticas públicas sensíveis ao cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Maternidade. Mulheres. Permanência Estudantil. Maranhão.

ABSTRACT

The expansion of access to higher education in Brazil has enabled the inclusion of student-mothers, whose trajectories are marked by gender inequalities and a lack of institutional support. This article, therefore, analyzes the challenges faced by women in the Pedagogy course at the Federal University of Maranhão (UFMA), based on the student assistance policies offered in recent years. The qualitative research integrates the analysis of twenty-two official documents, including calls for proposals and their results linked to the

Dean of Student Assistance (PROAES) at UFMA, concerning childcare assistance between 2018, the year it was implemented, and 2025, and semi-structured interviews with 5 student-mothers and 1 representative of the UFMA Mothers' Collective, a space for support and essential political mobilization in confronting the institutional invisibility of women, students, and mothers of babies and young children. The results indicate that the absence of basic infrastructure, such as university daycare, and the bureaucratization of student assistance generate overload and non-linear academic trajectories. It is concluded that guaranteeing the right to higher education requires the recognition of motherhood as a legitimate dimension of university life and the implementation of public policies sensitive to care.

KEYWORDS: Higher Education. Motherhood. Women. Student Retention. Maranhão.

INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil teve sua ampliação mais acentuada a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com o objetivo de garantir a permanência de estudantes no ensino superior através da assistência estudantil, promovendo uma mudança na configuração do perfil discente das universidades federais. Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), especificamente no Campus Bacanga, tais características são observadas de forma evidente no curso de Pedagogia¹, espaço histórico e majoritariamente composto por estudantes mulheres. Apesar disso, observa-se uma inconsistência entre o acesso democratizado e a manutenção de estruturas institucionais que ignoram as especificidades das estudantes-mães.

Apesar dos avanços de estudos sobre a permanência estudantil terem se consolidado no âmbito da educação superior, ainda são insuficientes aqueles que investigam de forma mais contundente os impactos da maternidade na trajetória acadêmica dessas mulheres. Este artigo analisa os desafios institucionais e sociais enfrentados pelas estudantes-mães na UFMA, fundamentando-se nos dados da Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), na perspectiva da pesquisa de abordagem qualitativa, articulando a análise documental de editais normativos e relatórios institucionais referentes ao auxílio creche no período de 2018 a 2025, assim como entrevistas com estudantes-mães do curso de Pedagogia e integrantes do coletivo de mães da UFMA.

O objetivo central é investigar como a insuficiência das políticas de permanência e a invisibilidade da jornada reprodutiva condicionam as trajetórias acadêmicas dessas mulheres a percursos não lineares, marcados por trancamentos e pela dependência exclusiva de redes de apoio informais. Nesse contexto, destaca-se a atuação do Coletivo

¹ O Curso possui 73 anos de existência e forma por ano mais de 300 pedagogas (os). É referência no Estado do Maranhão por apresentar um currículo diversificado e recentemente reformulado com base nas novas demandas de formação, que leva em conta a diversidade e a inclusão.

de Mães da UFMA², que surge como espaço de acolhimento, resistência e reivindicação por políticas institucionais eficazes que amparem essas estudantes, evidenciando a importância da luta coletiva na busca por garantia de direitos.

Também, considerar-se-á a falta de atendimento às crianças, filhos e filhas das estudantes-mães dos cursos de graduação da UFMA, com a ausência de espaços como creche e brinquedotecas, impactando na permanência delas. Ao problematizar essas questões, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre permanência estudantil ao considerar o cuidado como categoria analítica e como responsabilidade institucional, evidenciando como a universidade pode produzir desigualdades.

MATERNIDADE E INFÂNCIA: ENTRE A ASSISTÊNCIA E A PERMANÊNCIA

Analisar a maternidade no campo acadêmico exige que se ultrapasse a ideia de que ela se explica apenas por fatores biológicos. Dessa forma, a maternidade configura-se como construção social atravessada por dimensões políticas. Reforçando essa ideia, Louro (1997) argumenta que as instituições de ensino não são neutras, pois atuam na produção e na reprodução das identidades de gênero, ao atribuírem o cuidado à mulher.

Numa perspectiva histórica, as mulheres tiveram seus percursos marcados por exclusão e silenciamento, tendo seus registros apagados, dificultando a reconstrução de suas trajetórias, assim suas demandas tornaram-se invisíveis na esfera pública (Perrot, 2007). Para Perrot (2007), a história das mulheres foi, durante muito tempo, apagada e excluída. Não se tratava de ausência, mas de exclusão, pois as mulheres sempre estiveram presentes na história, embora invisibilizadas e silenciadas. Esse apagamento torna difícil reconstruir suas trajetórias, já que a escrita da história depende de registros, fontes e documentos que, muitas vezes, foram destruídos ou ocultados, em certos casos, pelas próprias mulheres, levadas a se sentirem inferiores, “apenas mulheres”. Quando mencionadas, eram frequentemente estereotipadas, tendo suas existências generalizadas e minimizadas. As que se destacavam sofriam com a corrosão de suas reputações e com o sacrifício de suas imagens.

Com o passar do tempo, conforme ressalta Perrot (2007), as mulheres começaram a conquistar espaços até então restritos aos homens. A ausência masculina causada pelas guerras e a expansão da industrialização, que exigia mais trabalhadores,

² O Coletivo é um espaço importante de escuta e acolhimento das mulheres, estudantes e servidoras da universidade. Há quase 10 anos, atua de forma militante nas mudanças institucionais para atendimento das necessidades das estudantes-mães, principalmente.

abriram novas possibilidades de atuação. Muitas mulheres migraram do campo para as cidades, trabalhando em casas de famílias ricas ou nas indústrias. Contudo, apesar do trabalho, não recebiam remuneração direta: o pagamento era destinado às famílias ou às igrejas. Entre os séculos XVIII e XIX, no Ocidente, a crescente demanda por mão de obra levantou o debate sobre a remuneração feminina e o direito das mulheres de receber pelo próprio trabalho, rompendo com a ideia de que sua utilidade se restringia ao lar.

Uma das maiores conquistas femininas foi o direito à educação. Entretanto, esse avanço veio acompanhado de embates sobre os espaços que as mulheres poderiam ocupar. Louro (2010) observa que o magistério tornou-se uma profissão predominantemente feminina, por ser uma das poucas socialmente aceitas. Tal aceitação, contudo, não se baseava em reconhecimento de competência, mas em características atribuídas culturalmente às mulheres, como paciência, docilidade, zelo e cuidado. Isso evidencia que a escola está atravessada por relações de gênero, sendo impossível pensá-la sem refletir sobre as construções sociais e culturais do feminino e do masculino. Logo, as relações de gênero precisam ser debatidas à luz do percurso histórico de desigualdades que as consolidou, reconhecendo a urgência de políticas que as combatam (Louro, 2010).

A maternidade, tradicionalmente entendida como destino natural da mulher, constitui na realidade um fenômeno social, cultural e político, marcado por relações de poder e construções históricas de gênero. Uripia (2009) destaca que a maternidade é um símbolo construído historicamente, que reflete as relações de dominação entre os sexos. Embora o conceito de instinto materno esteja em desuso, permanecem as expectativas sociais de que toda mulher deseja ser mãe e exercer plenamente o papel de cuidadora, o que reforça a pressão sobre as estudantes-mães. Essa perspectiva aponta para o fato de que a maternidade não pode ser compreendida apenas como experiência biológica ou individual, mas como uma prática social carregada de significados, que influencia diretamente as trajetórias acadêmicas e profissionais das mulheres.

Nesse contexto, a maternidade e o cuidado têm sido historicamente construídos como atributos essenciais da mulher, moldados por normas sociais, culturais e políticas que refletem a dominação patriarcal. Nesse sentido, a trajetória das estudantes-mães no ensino superior evidencia a persistência dessas construções sociais. Segundo Moreira e Soares (2019, p. 2), muitas dessas discentes sofrem com a falta de suporte familiar, dessa maneira, a lacuna presente no processo educacional de estudantes-mães,

principalmente no ensino superior, põe em ênfase a ausência de amparo, devido à construção histórica do papel social da mulher. Essa ausência não se limita a aspectos afetivos, mas impacta diretamente no desempenho acadêmico, na permanência e no êxito dessas estudantes, o que nos leva à necessidade de políticas institucionais que considerem as especificidades da maternidade.

No que tange ao papel da mulher constituído por terceiros, testemunhamos que esta carrega as marcas do patriarcado e da imposição do ato de ser ou de vir a ser mulher-cuidadora. As expectativas sociais de dedicação integral ao cuidado infantil e ao lar reforçam a ideia de que a maternidade é a realização natural da mulher, criando obstáculos adicionais para a participação plena na vida acadêmica. De certa forma, se considerarmos que o tempo, os atores e as políticas sociais construídas buscam levar, seja de forma imposta ou não, o indivíduo a um fim último, também podemos apontar que, em todos os tempos, o propósito destinado à mulher foi a maternidade e o cuidado com o lar. Essa percepção histórica ajuda a compreender por que estudantes-mães frequentemente se deparam com dificuldades para conciliar estudos e maternidade, assumindo múltiplas jornadas e responsabilidades sem o devido reconhecimento e auxílio.

Nas décadas de 1970 e 1980, a luta pelo direito à creche universitária, como meio de garantir a permanência de mães estudantes e trabalhadoras, ganhou força com o movimento feminista. Essa conquista tornou pública a necessidade de políticas que assegurem a permanência das mulheres nas universidades, reconhecendo tal direito não como favor, mas como conquista social (Finco; Gobbi; Faria, 2015). Para Aquino (2018), garantir o acesso das mulheres-mães à educação não deve se limitar ao ingresso, mas envolver políticas que assegurem a permanência. É essencial reconhecer a maternidade como uma dimensão da vida feminina e não como obstáculo à trajetória universitária.

Nesse contexto, observa-se que muitas mães enfrentam limitações acadêmicas decorrentes da falta de apoio e de condições socioeconômicas, o que dificulta sua participação em grupos de estudo, eventos e pesquisas. Além disso, a sobrecarga de tarefas as obriga a lutar por um direito garantido por lei: o acesso e a permanência na educação. A creche, portanto, representa não apenas uma rede de apoio, mas também um ato social que reafirma a legitimidade das normas jurídicas educacionais, as quais, segundo Raupp (2004, p. 198), devem ser “inseparáveis da ideia de democracia e de democratização do saber como forma de garantir sua especificidade”.

No ambiente universitário, essas pressões se tornam visíveis nas dificuldades enfrentadas pelas mães para conciliar o cuidado infantil com as demandas acadêmicas. Urpia (2009, p. 121) relata que “no domínio da vida acadêmica, as tarefas relacionadas à posição de estudante universitária participam do cotidiano doméstico [...] dialogando não sem conflitos com a posição de mãe”. Essa sobreposição de papéis gera frequentemente sentimentos de inadequação, descritos como a sensação de não conseguir se dedicar integralmente a nenhum dos papéis. Nesse sentido, a permanência das estudantes-mães não depende apenas do acesso formal à universidade, mas da existência de condições materiais, sociais e institucionais que lhes permitam conciliar estudo, cuidado e vida pessoal.

A maternagem, conceito que amplia a ideia de maternidade, destaca o caráter afetivo, relacional e psicossocial do cuidado. Segundo Gradvohl et al. (2014, p. 56), “enquanto a maternidade é tradicionalmente permeada pela relação consanguínea entre mãe e filho, a maternagem é estabelecida no vínculo afetivo do cuidado e acolhimento ao filho por uma mãe”, evidenciando que o cuidado vai além das necessidades físicas da criança, englobando também disponibilidade emocional e afetiva. Isso nos leva a perceber que a maternidade da mulher universitária não é apenas uma questão logística, mas envolve dimensão emocional e identitária, na qual a mulher precisa reorganizar seu “self social” e sua identidade como mãe (URPIA, 2009, p. 10). Ao mesmo tempo, a pressão cultural para desempenhar a maternidade ideal pode gerar sentimento de culpa e inadequação, especialmente quando se soma à exigência acadêmica (Gradvohl; Osis; Makuch, 2014).

O conflito entre maternidade e vida acadêmica se intensifica na ausência de políticas públicas adequadas. Soares (2021, p. 22) afirma que “ser mãe e estudante exige da universidade uma postura institucional sensível às necessidades decorrentes da maternidade”. Entretanto, ainda que existam programas de assistência estudantil, muitas vezes eles não contemplam integralmente a realidade das mães universitárias, como ocorre com o auxílio-creche, que, embora fundamental, é insuficiente frente às demandas de mulheres que acumulam múltiplas jornadas. Nessa perspectiva, Abreu (2021) observa que a universidade reproduz desigualdades de classe, raça e gênero, revelando a necessidade de políticas de permanência que contemplem o cuidado, a assistência pedagógica e a infraestrutura de apoio infantil.

A permanência estudantil, nesse contexto, é mais que a continuidade de um curso, envolve assegurar condições concretas de desenvolvimento acadêmico e social. Abreu (2021) define que a assistência estudantil deve fornecer os meios necessários

para que o estudante possa frequentar e se manter na universidade, e não apenas oferecer suporte financeiro. Dessa forma, a efetividade dessas políticas depende de sua articulação com a realidade das mães, considerando as demandas de cuidado infantil, organização do tempo, saúde mental e inclusão social.

Nesse sentido, a maternidade não pode ser compreendida apenas como experiência individual, mas como fenômeno social que demanda reconhecimento institucional e respostas políticas concretas. Quando a universidade se organiza a partir de um modelo de estudante ideal desvinculado de responsabilidades de cuidado, ela reproduz padrões excludentes que tornam invisíveis as necessidades específicas de mulheres que exercem a maternidade.

Tal invisibilidade não decorre da ausência de estudantes-mães no espaço acadêmico, mas da naturalização de um modelo de organização institucional que privilegia a disponibilidade integral de tempo e energia para os estudos, desconsiderando a materialidade da vida social. Logo, a maternidade, longe de ser um aspecto periférico da vida acadêmica, constitui elemento estruturante das condições de permanência de parte significativa do corpo discente feminino.

A inexistência de creches universitárias, espaços de acolhimento infantil ou políticas de flexibilização acadêmica adequadas revela não apenas lacunas administrativas, mas a persistência de uma cultura institucional que dissocia produção de conhecimento e reprodução social, como se fossem esferas independentes.

Pensar a maternidade como categoria política implica reconhecer que as condições de permanência acadêmica não são determinadas apenas pelo desempenho individual, mas pelas estruturas institucionais que organizam o acesso a recursos, apoio e reconhecimento. A universidade, enquanto espaço de produção de conhecimento e de formação cidadã, também é produtora de normas sociais e, portanto, responsável por enfrentar as desigualdades que contribui para reproduzir.

É nesse contexto que se insere a análise das políticas de assistência estudantil voltadas às estudantes-mães, especialmente aquelas relacionadas ao cuidado infantil. A forma como essas políticas são formuladas, implementadas e acessadas revela os limites e as possibilidades da atuação institucional diante das demandas concretas da maternidade no ensino superior.

Nessa perspectiva, a infância na universidade deixa de ser um mero acontecimento casual e/ou esporádico para tornar-se um tema de debate urgente de direito educacional. Segundo Raupp (2004), a disponibilização de creches universitárias precisa ser vista e compreendida como um direito social fundamental para que o acesso

se converta em permanência, e não como um ato assistencialista onde a universidade “prestará um favor ou será caridosa” com essas estudantes-mães.

A falta de uma estrutura pública que ampare a infância, como a creche, espaços adequados e brinquedoteca, exaspera a violência simbólica (Bourdieu, 1999) que muitas discentes sofrem, quando a infância é silenciada na universidade. A ausência de suporte institucional gera a denominada culpa vinculada à jornada dupla, em que a estudante sente que não consegue dedicar-se integralmente a nenhum dos papéis.

Para além disso, a maternagem, compreendida como o vínculo afetivo e compromisso com o cuidado, ultrapassa o vínculo biológico da maternidade (Gradwohl et al., 2014), revela que a permanência carece de um suporte institucional, sendo este essencial para a saúde mental e desenvolvimento tanto dessa estudante-mãe quanto para seu filho (a).

Quando não há esse suporte, por menor que pareça ser, ou a descontinuação dele, como no caso do fechamento da brinquedoteca, mostra um retrocesso institucional político, visto que retira a universidade de sua responsabilidade coletiva e institucional na proteção da infância e na garantia de permanência e de uma formação docente, em especial na Pedagogia, coerente com o acolhimento da pluralidade do qual é composta. A universidade não deve ser pautada num modelo de estudante ideal: discente jovem, com tempo integral disponível e dedicação exclusiva aos estudos, frequentemente distante da vivência da maternidade (Louro, 1997).

Desse modo, o Coletivo de Mães da UFMA atua como agente de luta e resistência pela garantia de direitos não só das discentes, mas também das suas crianças, de terem uma estrutura adequada para sua permanência. Assim, o Coletivo coloca a maternidade como pauta institucional, retirando-a da esfera privada, pois ser estudante-mãe é também um ato político. Essa luta por reconhecimento é essencial para transformar a universidade em um espaço efetivamente democrático.

MATERNIDADE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CUIDADO: ENTRE FONTES DOCUMENTAIS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Esta pesquisa é resultado de discussões do Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias e Brincadeiras (GEPIB)³, seguindo uma abordagem qualitativa, interpretativa e reflexiva, integrando dados biográficos a uma análise de documentos institucionais.

³ Grupo de pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (Curso de Pedagogia), que mobiliza estudos e discussões sobre infâncias maranhenses, suas histórias, políticas e culturas.

Justifica-se esta escolha pela necessidade de captar e compreender os dados que não podem ser reduzidos a variáveis puramente numéricas. Minayo (2012) destaca que a pesquisa qualitativa permite o contato direto e a análise da construção social e dimensão da linguagem dos (as) participantes.

O Auxílio Creche da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) constitui uma ação da política de assistência estudantil voltada à garantia da permanência de discentes responsáveis legais por crianças pequenas, com centralidade nas estudantes-mães, público historicamente marcado por desigualdades de gênero, renda e acesso às políticas educacionais. Vinculado à Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), o benefício é financiado com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, cujo objetivo é ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal (UFMA, 2025b).

A concessão do Auxílio Creche na UFMA teve início em 2018, durante a gestão da reitora Nair Portela, sendo apresentada institucionalmente como uma resposta a uma demanda existente na universidade. Ao anunciar a abertura das inscrições para o primeiro semestre letivo de 2018, a reitoria destacou o caráter da política como forma de “garantir a permanência das estudantes-mãe na UFMA”, ressaltando a sensibilidade institucional em atender discentes que exercem a maternidade no contexto universitário (UFMA, 2025d). O auxílio foi concebido para subsidiar despesas de discentes que sejam responsáveis legais por dependentes com idade inferior a seis anos, considerando, também, situações de idade mental inferior a esse limite.

O primeiro edital do Auxílio Creche previa a oferta de 80 vagas, distribuídas entre os nove campi da UFMA (Bacabal, Balsas, Chapadinha, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro, São Bernardo e São Luís). No entanto, a análise dos editais posteriores, entre 2019 e 2025, evidencia uma mudança significativa no padrão de divulgação das informações, uma vez que o quantitativo de vagas deixou de ser explicitado. Essa ausência de dados compromete a transparência da política, dificultando tanto o controle social quanto a avaliação de seu alcance real ao longo do tempo (UFMA, 2025c).

Para acesso ao benefício, os editais estabelecem critérios socioeconômicos rigorosos, exigindo que a(o) discente comprove situação de vulnerabilidade socioeconômica, possua renda per capita de até 1,5 salário-mínimo vigente e esteja cadastrada(o) no Cadastro Único da UFMA. Além disso, o Auxílio Creche não pode ser acumulado com determinados benefícios, há limitação quanto à quantidade de dependentes atendidos por discente e, conforme previsto nos editais, a pessoa beneficiária não pode exercer atividade laboral durante o recebimento do auxílio.

Embora o discurso institucional enfatize as estudantes-mães como público prioritário, o benefício pode ser acessado por homens e pessoas de diferentes identidades de gênero, desde que sejam responsáveis legais pela criança, independentemente de vínculo biológico ou sanguíneo.

No que se refere à organização administrativa do benefício, observa-se que, em 2019, houve uma alteração em sua nomenclatura, passando de Auxílio Creche para “Auxílio Estudante com Filha(o)”, retornando à denominação original em 2020. Entre os anos de 2021 e 2023, o auxílio passou a integrar editais unificados com outros auxílios da assistência estudantil, o que pode ter contribuído para a perda de visibilidade de suas especificidades enquanto política direcionada às estudantes com responsabilidades de cuidado.

Um marco importante na trajetória do Auxílio Creche ocorreu em 2024, quando, após intensa mobilização coletiva protagonizada por mães estudantes durante a ocupação da UFMA⁴, o valor do benefício foi reajustado de R\$200,00 para R\$600,00 mensais. A partir desse momento, o auxílio passou a funcionar em regime de fluxo contínuo, mantendo, contudo, os critérios anteriormente estabelecidos. A conquista do reajuste evidencia que os avanços na política de assistência estudantil não ocorreram de forma espontânea, mas como resultado direto da organização e da luta política das estudantes-mães, conforme noticiado pelo jornal A Verdade (Lima, 2024). Apesar dos avanços normativos e financeiros, os próprios editais recentes, como o Edital PROAES nº 08/2024, explicitam que as vagas para o Auxílio Creche estão condicionadas à disponibilidade orçamentária e que o processo seletivo visa, prioritariamente, à formação de cadastro de reserva, sendo as vagas ofertadas e preenchidas conforme a existência de recursos financeiros. Essa configuração institucional contribui para a insegurança das estudantes-mães quanto à efetiva concessão do benefício, mesmo após a aprovação no processo seletivo.

A divulgação dos editais ocorre por meio dos canais oficiais da UFMA, como o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), o Portal UFMA e a página da PROAES. Com a ampliação do uso das redes sociais, especialmente o Instagram, esses espaços também passaram a ser utilizados como instrumentos complementares de divulgação. Ainda assim, permanece o questionamento acerca da suficiência desses meios para alcançar, de forma efetiva, as estudantes-mães,

⁴ A última greve das universidades federais, no ano de 2024, mobilizou ocupações de professores e estudantes na luta por direitos importantes, como auxílios e espaços para atendimento das crianças, filhos e filhas das estudantes.

considerando as múltiplas jornadas de cuidado, estudo e, em muitos casos, a precariedade de acesso à informação.

Cabe destacar que o mapa institucional da Universidade Federal do Maranhão registra a existência de um prédio destinado à localização da creche universitária (UFMA, 2025a), evidenciando que, em algum momento, a presença desta edificação foi considerada no planejamento institucional da universidade, ainda que tal iniciativa não tenha sido materializada. O referido mapa foi localizado na página institucional da Biblioteca Central da UFMA, vinculada ao Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), conforme informações disponíveis no portal oficial da universidade (UFMA, s.d.)⁵. No entanto, apesar dessa previsão espacial, o projeto não foi efetivado, e a creche universitária não foi implementada. Tal situação evidencia o descompasso entre o planejamento institucional e a efetivação de políticas estruturais de cuidado e permanência voltadas às estudantes-mães.

A análise empírica dos resultados do Auxílio Creche no Campus do Bacanga, referentes ao ano de 2025, permite visualizar de forma concreta os limites da política. A Tabela 1 apresenta a sistematização dos resultados mensais, considerando deferimentos, deferimentos em fila de espera e indeferimentos, a partir dos dados divulgados pela PROAES.

Tabela 1 – Resultados mensais do Auxílio Creche no Campus do Bacanga (2025)

Mês (2025)	Deferidos	Fila de espera	Indeferidos	Total
Janeiro	0	2	3	5
Fevereiro	0	1	2	3
Março	0	1	5	6
Abril	0	1	7	8
Maio	0	4	6	10
Junho	0	1	1	2
Julho	0	1	2	3
Agosto	0	1	0	1
Setembro	0	6	2	8
Outubro	0	2	0	2
Novembro	0	1	1	2

⁵ As informações se encontram no site: <https://portalpadrao.ufma.br/sibi/sobre/biblioteca-central>.

Dezembro	0	2	1	3
-----------------	---	---	---	---

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados encontrados em UFMA (2025).

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam que, ao longo de todo o ano de 2025, não houve registro de deferimento imediato do Auxílio Creche no Campus do Bacanga. As solicitações resultaram exclusivamente em indeferimentos ou em inserções em fila de espera, inclusive nos meses com maior volume de inscrições, como maio e setembro. Tal cenário revela um descompasso significativo entre a demanda apresentada pelas estudantes-mães e a capacidade institucional de atendimento, reforçando a leitura de que a política opera sob forte restrição orçamentária.

Outro aspecto relevante diz respeito à ausência de dados públicos consolidados sobre o número de estudantes efetivamente beneficiadas pelo Auxílio Creche desde sua criação, em 2018, até 2025. Os editais não informam o quantitativo de vagas ofertadas por período de inscrição, tampouco há informações acessíveis sobre o número total de estudantes atendidas ao longo dos anos (UFMA, 2025c). Essa lacuna permanece inclusive no Relatório de Dados resultante da pesquisa sobre mães e pais de crianças pequenas na UFMA, divulgado em 2025. Ainda que o documento afirme que os dados servirão como referência para a construção de políticas institucionais e para dar visibilidade às demandas das mães e pessoas que gestam, a ausência de informações específicas sobre o Auxílio Creche limita a avaliação de sua efetividade enquanto política de permanência (Azevedo et al., 2025).

Dessa forma, a análise do Auxílio Creche na UFMA⁶ evidencia que, embora a política represente um avanço no reconhecimento das especificidades das estudantes-mães, sua implementação é marcada por contradições estruturais, especialmente no que se refere à transparência, à disponibilidade orçamentária e à capacidade de atendimento da demanda existente.

Diante da análise de documentos oficiais institucionais que evidenciam a trajetória do Auxílio-Creche da UFMA, destaca-se a pouca ou até mesmo a ausência de mulheres em cargos de liderança, tanto na Reitoria quanto na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES). Os editais analisados revelam que, entre os anos de 2018 e 2025, o cargo de Pró-Reitor da PROAES foi ocupado exclusivamente por homens. Nesse sentido, cabe ressaltar, mais uma vez, que a implementação do auxílio, em 2018, ocorreu sob a gestão de uma Reitora, a única mulher a ocupar a liderança da Reitoria

⁶ Política de assistência, ofertada às estudantes-mães por meio de editais, quase que anualmente, quando não há restrição de verbas governamentais.

no período analisado (até 2025). Esse dado sugere que a presença feminina na Reitoria pode ter contribuído para a inclusão da maternidade como pauta da assistência estudantil, dando visibilidade e voz às estudantes-mães da UFMA.

A creche universitária, nesse contexto, é compreendida pelas integrantes do coletivo não como uma política assistencialista, mas como uma política pública de cuidado e permanência. A centralidade da creche aparece também como elemento fundamental para garantir autonomia e desenvolvimento das mulheres, uma vez que, como relatado, “[...] *em uma creche fortalecida, a criança tendo um lugar de qualidade para ficar em segurança, essa mãe consequentemente consegue trabalhar, consegue se desenvolver em outras áreas*” (**Entrevistada F**). Nesse contexto, Soares (2021, p. 58) destaca que “a ausência de creches universitárias públicas impacta diretamente na permanência das alunas mães, reforçando desigualdades de gênero no espaço acadêmico”.

A impossibilidade imediata de implementação da creche universitária levou o Coletivo de Mães a construir uma estratégia de atuação baseada em metas intermediárias, chamadas pelas próprias integrantes de “metinhas”. Essas ações são compreendidas como respostas pragmáticas às limitações legais e administrativas impostas à universidade, especialmente após a constatação de que a legislação dos anos 1990 inviabilizaria, no curto prazo, a criação da creche. Conforme relatado, “[...] *a creche é a meta principal, mas as ‘metinhas’ são aquilo que a gente consegue fazer agora*” (**Entrevistada F**), o que demonstra uma articulação entre horizonte político de longo prazo e ações possíveis no presente. Essa estratégia, no entanto, não é consensual entre as mães, gerando tensões internas entre aquelas que defendem a manutenção da creche como pauta central e aquelas que priorizam adaptações menores, “[...] *como banheiro com trocador e salas de amamentação*”, revelando disputas sobre caminhos e prioridades dentro do próprio coletivo (**Entrevistada F**).

As narrativas também revelam como a maternidade é frequentemente tratada como um problema individual, deslocando da instituição a responsabilidade pelo cuidado. A fala “[...] *quando o problema é o seu filho, parece que tudo se torna mais difícil, como se a maternidade fosse um problema individual e não uma responsabilidade coletiva*” evidencia essa lógica (**Entrevistada F**). Tal percepção converge com a crítica de Soares (2021, p. 87), segundo a qual “as universidades públicas devem assumir a maternidade como um tema de política institucional, e não apenas de esfera privada das mulheres”.

Esse processo de individualização da maternidade contribui para a internalização da culpa pelas próprias estudantes, como expressa o relato: “[...] *durante muito tempo eu achava que tudo era culpa minha*” (**Entrevistada F**). A superação dessa leitura individualizante ocorre, segundo a entrevistada, a partir do contato com outras mães e com o debate sobre políticas públicas, reforçando a ideia de que o problema é estrutural, onde “a luta das estudantes mães é, ao mesmo tempo, uma luta por reconhecimento e por redistribuição” (Soares, 2021, p. 63).

Outro elemento relevante diz respeito ao descompasso entre discurso institucional e prática. A identificação de um espaço destinado à creche nos mapas da universidade gerou questionamentos sobre a não efetivação do projeto: “[...] *se isso estava no planejamento, o recurso foi para onde?*” (**Entrevistada F**). Essa contradição reforça a crítica à forma como a universidade incorpora, de modo fragmentado, demandas relacionadas ao cuidado, sem transformá-las em políticas consolidadas.

A situação da brinquedoteca universitária aparece nas entrevistas como um exemplo emblemático de retrocesso nas políticas de cuidado dentro da universidade. Conforme relatado, “[...] *a brinquedoteca ficou fechada, deixou de existir, e até as doações que a gente tinha para fazer foram desencorajadas*” (**Entrevistada F**), evidenciando não apenas o fechamento do espaço, mas a desarticulação de iniciativas comunitárias que buscavam mantê-lo ativo. O encerramento da brinquedoteca reforça a percepção das entrevistadas de que as políticas voltadas às crianças e às mães não são tratadas como prioridade institucional, sendo facilmente interrompidas ou esvaziadas diante de mudanças administrativas ou falta de interesse político.

Nesse cenário, o Coletivo de Mães⁷ surge como resposta política à ausência de suporte institucional. Embora tenha surgido inicialmente por iniciativa individual, o coletivo se reorganiza a partir de uma demanda concreta exposta durante a ocupação universitária, quando a universidade se recusou a oferecer qualquer tipo de suporte a uma estudante-mãe. A visibilidade da situação de uma estudante foi central nesse processo, pois, como relatado, uma estudante-mãe conseguiu trazer “[...] *visibilidade para a sua demanda e, a partir disso, conseguiu mobilizar outras mulheres*” (**Entrevistada F**). Essa dinâmica confirma a análise de Soares (2017, p. 22), segundo a qual “a presença das mães nas universidades representa um ato político e de resistência”.

⁷ Coletivo iniciado nos Cursos de licenciatura da área de humanas, depois ampliada a participação de estudantes-mães de toda a universidade. É um espaço de luta e resistência em prol dos direitos dessas mulheres.

A pauta inicial do coletivo foi justamente evidenciar como é a vivência de uma mulher-mãe dentro da universidade e como a instituição não oferece suporte adequado, seja para aquelas que já ingressam sendo mães, seja para as que se tornam mães durante o curso. Essa atuação está em consonância com Silva e Salvador (2021, p. 9), ao afirmarem que “os coletivos de mães universitárias fazem-se necessários para a promoção da permanência de mães na universidade pública, pois organizam e condensam suas pautas atuando internamente em diálogo com a gestão da universidade”.

As ações do coletivo, especialmente durante o período da ocupação, incluíram mobilizações presenciais e uso intenso das redes sociais. Essas estratégias corroboram a análise de Silva e Salvador (2021, p. 10), segundo a qual “as redes sociais ocupam lugar central no caráter dessas ações conectivas no que diz respeito à infraestrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população e divulgar resultados”.

Entretanto, a incorporação das demandas do coletivo aos espaços institucionais revelou limites importantes. Embora, algumas integrantes tenham participado formalmente dos Grupos de Trabalho, a *entrevistada F* aponta que as pautas frequentemente chegavam prontas. Essa assimetria reforça o caráter burocrático da assistência estudantil, que, embora seja um instrumento relevante de democratização do ensino superior, muitas vezes não contempla as especificidades da maternidade.

A implementação das chamadas pequenas metas esbarrou, de forma recorrente, na resistência ou desinteresse de diretores de centro, especialmente no que se refere à cessão de espaços físicos para adaptação. A *entrevistada F* relata que, embora os projetos arquitetônicos tenham sido aprovados em âmbito institucional, “[...] *alguns diretores de centro não se interessaram muito em disponibilizar as plantas*”, o que atrasou ou inviabilizou a execução das propostas. Dessa forma, a permanência estudantil das mães não depende apenas de decisões centrais da universidade, mas também da atuação, ou omissão, das gestões intermediárias, que acabam exercendo poder decisivo sobre a materialização das políticas de cuidado no cotidiano dos campi.

No âmbito dos Grupos de Trabalho, uma das principais frentes de atuação passou a ser a criação de salas de alimentação e amamentação, consideradas avanços possíveis diante da ausência da creche. Segundo os relatos, “[...] *o foco do GT, atualmente, tem sido as salas de alimentação*” (**Entrevistada F**), tendo sido aprovado o projeto arquitetônico de quatro das sete salas de amamentação previstas para o campus. No entanto, apesar da aprovação formal, a implementação dessas salas segue marcada por entraves burocráticos, negociações prolongadas e dependência da cessão de

espaços pelos centros acadêmicos. Assim, o que se apresenta como avanço institucional revela-se, na prática, um processo lento e fragmentado, que não acompanha a urgência das demandas das estudantes-mães.

Todavia, ainda assim, alguns avanços são reconhecidos, como a melhoria no valor do auxílio-creche e o edital contínuo. Contudo, conforme destaca Soares (2021, p. 45), “no caso da UFMA, o auxílio-creche constitui-se em um benefício fundamental, mas ainda insuficiente diante da realidade de mães estudantes que enfrentam dupla ou tripla jornada”.

Internamente, o coletivo enfrenta impasses organizativos, como a ausência de regulamentação formal e divergências quanto às estratégias de atuação. Tais desafios contribuem para o momento de enfraquecimento do coletivo, descrito por uma das entrevistadas como estagnação. Ainda assim, a importância da organização coletiva permanece evidente, pois os coletivos universitários se constituem como espaços de cooperação e troca mútua, fundamentais para enfrentar desigualdades de gênero.

Tomados em conjunto, os dados referentes às pequenas metas, à atuação dos diretores de centro, à implementação das salas de amamentação e ao fechamento da brinquedoteca revelam que as políticas de cuidado na universidade se estruturam de forma fragmentada e descontínua. Ainda que existam avanços pontuais, estes dependem de múltiplos níveis de decisão, vontades individuais e longos trâmites burocráticos, o que compromete sua efetividade. Essa dinâmica reforça a crítica das entrevistadas de que a maternidade segue sendo tratada como questão secundária, deslocada da centralidade das políticas institucionais de permanência.

Dessa forma, o Coletivo de Mães da UFMA se configura como um espaço atravessado por contradições: ao mesmo tempo em que produz visibilidade, reconhecimento e avanços pontuais, enfrenta limites institucionais, burocráticos e organizativos. A análise evidencia que a maternidade não pode ser encarada como obstáculo à vida acadêmica, mas como dimensão legítima da experiência estudantil que precisa ser reconhecida e amparada institucionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, esta pesquisa buscou analisar de que maneira as condições de acesso e permanência de estudantes-mães no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) são configuradas, sobretudo diante da carência de políticas institucionais que garantam essa permanência. Há uma omissão na

democratização e ampliação das informações acerca dessas políticas. Identificou-se o quanto é preocupante que tantas estudantes-mães cheguem ao final do curso sem sequer ouvir falar sobre a existência do auxílio creche, revelando que a divulgação institucional não consegue atingir com eficácia o público-alvo. A pesquisa revela, através da análise documental, que a falta de transparência e a inconsistência nos dados são pontos críticos da instituição. O número de vagas não é claro, desde 2019 não há editais que mostrem o quantitativo de vagas e em qual posição estão as estudantes-mães que ficaram em situação de fila de espera para o auxílio creche, isso dificulta o monitoramento e a fiscalização social. Além disso, a linguagem técnica dificulta a interpretação, somada à burocracia e à exigência excessiva para se ter “direito” ao auxílio-creche, o que acaba por desestimular e desencorajar as estudantes que dele necessitam.

Diante dos resultados desse estudo, há dados que são bastante preocupantes sobre a eficiência da assistência estudantil na UFMA. A análise dos resultados finais em 2025, para o Campus Bacanga, aponta que não há registrado nenhum deferimento. O levantamento mostra que as solicitações aparecem com indeferidas ou em lista de espera, mas não há nada que assegure que essas estudantes sairão dessa espera ou em qual posição estão nessa lista, enfatizando que a política de assistência estudantil atua com restrições no orçamento e não tem sido capaz de dar conta das demandas reais dos estudantes.

Além disso, a análise revela que os relatórios mais recentes divulgados, como os de 2025, são falhos ao apresentar dados segregados sobre o auxílio creche, favorecendo a continuidade da invisibilidade dessas mulheres-estudantes-mães. Dessa forma, é válido mencionar que no portal da transparência da Proaes nem mesmo aparece nas buscas do relatório o nome “Auxílio Creche”. Onde estão os dados corretos que mostrem a realidade?

Dessa maneira, a metodologia qualitativa adotada neste estudo foi essencial pois através dela foi possível dar voz a essas estudantes-mães, reconhecendo-as como figuras fundamentais desse processo de ampliação do auxílio creche e na busca pela implantação da creche universitária. Já que o espaço existe e está exposto no mapa oficial da UFMA.

REFERÊNCIAS

ABREU, Kamila Eulalio. **Jovens, mães e universitárias**: do favor ao direito à permanência. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

AQUINO, Lígia Maria Leão de. **Pelo direito de ser mãe e estudante**: Educação Infantil na pauta estudantil universitária. Florianópolis: UFSC, 2018.

AZEVEDO, Vanessa Ragone et al. **Relatório de dados**: resultados numéricos referentes à pesquisa sobre mães e pais de crianças pequenas na Universidade Federal do Maranhão. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2025. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/proaes/fotos-divulgacao/relatorio-mapeamento-das-maes-1-1.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FINCO, Daniela; GOBBI, Márcia; FARIA, Ana Lúcia G. de (orgs.). **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas: Leitura Crítica, 2015.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média à atualidade. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIMA, Thalía. MÃES estudantes da UFMA conquistam aumento do auxílio-creche. **A Verdade**, São Luís, 13 ago. 2024. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/08/maes-estudantes-da-ufma-conquistam-aumento-do-auxilio-creche>. Acesso em: 29 dez. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOREIRA, Maysa Barbosa; SOARES, Brenda Vanessa Pereira. **Creche na universidade**: desafios de implementação na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Universitária Dom Delgado. In: Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília: Ginásio Nilson Nelson, 2019.

PERROT, Michelle. **Uma história das mulheres**. Lisboa: Edições Asas, 2007.

RAUPP, Marilena Dandolini. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 197-217, abr. 2004.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira. **Mulheres-mães-estudantes, assistência estudantil e creche**: um debate necessário na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Universitária Dom Delgado. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira. **'Quem entrou quer ficar'**: análise da assistência estudantil frente às demandas das mulheres estudantes com filhos da Universidade Federal do Maranhão. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Biblioteca Central**. São Luís, 2025. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/sibi/sobre/biblioteca-central>. Acesso em: 29 dez. 2025a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. **Edital PROAES nº 14/2018**: concessão de auxílio-creche. São Luís, 2018. Disponível em: <https://www.ufma.br/portalUFMA/edital/MrghDWXos5IC90g.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2025b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. **Transparência**. São Luís, 2025. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/proaes/transparencia>. Acesso em: 30 dez. 2025c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Reitora Nair Portela lança edital para concessão de auxílio-creche às estudantes-mães da UFMA**. São Luís: Portal UFMA, 6 abr. 2018. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUnidade/grajau/paginas/noticias/noticia.jsf?id=51582>. Acesso em: 22 dez. 2025d.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico**: narrativas de um self participante. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

MATERNIDADE E PERMANÊNCIA ACADÊMICA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ATENDIMENTO DA INFÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (2018-2025)

Motherhood and academic retention: an institutional analysis of student assistance and childcare policies at the Federal University of Maranhão (2018-2025)

Rosyane de Moraes Martins Dutra

Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão
Curso de Pedagogia
São Luís, Maranhão, Brasil
rosyane.dutra@ufma.br

<http://orcid.org/0000-0002-4800-7493>

Samya da Silva Sousa dos Santos

Graduada em Pedagogia
Universidade Federal do Maranhão
Curso de Pedagogia
São Luís, Maranhão, Brasil
samyasantos.pedagogia@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-8847-5120>

Cinthia Raquel do Nascimento

Graduada em Pedagogia
Universidade Federal do Maranhão
Curso de Pedagogia
São Luís, Maranhão, Brasil
cnthnascimento28@icloud.com

<https://orcid.org/0009-0003-4785-1339>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Netuno, 80, Condomínio Colina das Palmeiras, bloco E, apto 303, 65070-370, São Luís, MA, Brasil.

AGRADECIMENTOS

às estudantes mães do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: S.S.S. Santos, C.R. Nascimento, R.M.M. Dutra

Coleta de dados: S.S.S. Santos, C.R. Nascimento

Análise de dados: S.S.S. Santos, C.R. Nascimento

Discussão dos resultados: S.S.S. Santos, C.R. Nascimento

Revisão e aprovação: R.M.M. Dutra

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO

Recebido em: 28-02-2026 – Aprovado em: 05-07-2026 – Publicado em: 12-10-2026